

Rosana Matsushita

A REPRODUÇÃO DO CAPITAL MERCANTIL INFORMAL EM CAMAÇARI

Monografia apresentada na
disciplina Monografia II da
Faculdade de Ciências Eco-
nômicas da Universidade Fe-
deral da Bahia.

Novembro/91
Salvador - Ba.

Agradecimentos e Dedicatórias

Fica registrado, aqui, meus sinceros agradecimentos ao Professor orientador Fernando Cardoso Pedrão e ao amigo Antônio Bunchaft (Economia/UFBa.) pelo apoio técnico e pela valiosa contribuição para realizar essa monografia, visto que sem as tais colaborações, seria muito mais complexo abordar o tema.

A realização da pesquisa de campo tornou-se mais acessível com a colaboração dos Administradores do Centro Comercial Camaçari - José Rogério e D'Errico - e fiscais da Prefeitura. E, também, a contribuição do Gerente de Meio Ambiente da Prefeitura de Camaçari - Eduardo da Silva Barreto - pelos artigos cedidos e por dirimir dúvidas.

Vale ressaltar a cooperação de Telma Teixeira (Economia/UFBa.), Lisandro Ventura (FCE/UFBa.), Solange dos Santos Fraga (Colegiado/FCE), os Bibliotecários da FCE e os demais professores que me ajudaram, direta ou indiretamente, no desenvolvimento desse trabalho.

Dedico esta pesquisa à minha família - base da minha vida em todos os momentos - à Fátima Tawata, Neube Costa e Silva, Juliana Lataste Rodriguez, Alejandro Fabian Arber e Kátia Silva Moreira - amigos sempre. Ao saudoso sorriso de Rui Rangel (in memoriam). A Moisés Assayag, pela paciência e carinho dedicado nos últimos anos.

"Os médicos conheciam a situação. Tratava-se de uma febre com complicações inguinais e era tudo o que se podia dizer, "já que as hipóteses, na ciência como na vida, são sempre perigosas", disse Richard.

- Trata-se de uma febre de caráter tifóide, mas acompanhada de abcessos e de vômitos, disse Rieux.

- A questão, interveio brutalmente o velho Castel, é saber se se trata de Peste ou não.

- Pela rapidez com que a doença se propaga, se não for detida, pode matar metade da população, comentou Rieux. Consequentemente, pouco importa que lhe dêem o nome de Peste ou Febre de Crescimento. O essencial é apenas impedi-la de matar metade da cidade."

(Extraído de "A Peste" - Albert Camus)

SUMARIO

HISTORICO DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

CAP. I

1.0- ANTECEDENTES TEORICOS

- 1.1- Marginalidade Urbana
- 1.2- Origem Conceitual
- 1.3- Visão Neomarxista
- 1.4- Visão Neoliberal

CAP. II

2.0- A REALIDADE DOS PAISES PERIFÉRICOS

- 2.1- América Latina
- 2.2- Histórico de Camaçari

CAP. III

3.0- CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO OBSERVADO

- 3.1- Conceituação
- 3.2- Elaboração do Questionário de Campo
- 3.3- Estrutura do Universo de Análise
- 3.4- Amostra Utilizada
- 3.5- Tratamento Estatístico

CAP. IV

4.0- ESTUDO DE CASO

- 4.1- Aspectos Sociais
- 4.2- Aspectos Econômicos
- 4.3- Aspectos Políticos

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

HISTORICO DO TRABALHO

Este trecho procura mostrar sucintamente, a seguir, os passos gradativos da elaboração dessa monografia, expondo as idéias que surgiram das inquietações pessoais, as limitações e as preocupações sobre o assunto, bem como relatando o amadurecimento e desenvolvimento do projeto.

Em função da experiência acumulada com o desenvolvimento da pesquisa, o roteiro original foi revisado e ajustado para melhor percepção dos objetivos traçados. Este encaminha a uma maior precisão na investigação dos problemas e no sentido de factibilidade do trabalho, capaz de expor um texto realista e original. Para isso, foi preciso adequar o cronograma de trabalho ao curto tempo disponível. Vale ressaltar que este assunto foi pouco discutido no decorrer do curso de graduação, além do fato da pesquisa ser desenvolvida baseada em dados primários - aplicação de questionário de campo - o que significa uma experiência única vivida.

Ao restringir o universo em estudo, a opção de investigar o fenômeno da informalidade na sede de Camaçari, mais precisamente a feira do Centro Comercial, corresponde entender a informalidade interpenetrada no processo de expansão e acumulação de capital em que atraem e subordinam as atividades informais de produção e consumo. No caso aqui tratado, está relacionado ao desenvolvimento de atividades de nível simples de comércio. Entretanto, articulam-se com o capital, de forma dependente, e expressam-se por diferentes meios de reprodução. Nesse local, o processo se desencadeia a partir de 1975, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari.

A territorialidade delimitada - Centro Comercial de Camaçari - dá a unidade à pesquisa, uma vez que são pessoas que compartilham o mesmo lugar de trabalho. E, dentro deste conjunto, existe diferentes condições de acumulação de capital ou a mera reposição do capital empregado e semelhantes estratégias de sobrevivência. Portanto, ao estudar esse universo de informais, deparamos com um conjunto de causas mais evidentes que poderão ser identificadas e, posteriormente, responderão a alguns questionamentos. A periodização corresponde às etapas de 75-80; 80-85 e 85-90 com o objetivo de situar a temporalidade do fenômeno, em diferentes períodos, tendo como referência colateral o material obtido do passado, contrastando com a análise conjuntural dos elementos em questão.

A dinâmica do trabalho está centrada nas observações empíricas da realidade de um grupo social e ao tentar descobrir uma pauta de comportamento próprio dos informais - é o que dá significado ao trabalho - poderemos entender o fenômeno. Haja visto que estas pessoas criam meios próprios de reprodução, gerem sua própria institucionalidade e procriam mecanismos de defesa.

A questão maior era tirar a univalência da análise e desvendar o lado obscuro do "óbvio" dos fatos. O que se tinha era impressões sobre determinado grupo social situado no Centro de Camaçari, aparentemente constituído de pobres. Se a pobreza fosse o "óbvio", então constataria alguma coisa ou nada, isso dependeria da coleta de informações quantitativas e qualitativas ordenadas para confirmar algo. Para obter mais informações, foi necessário aplicar a entrevista de campo a uma parcela desta população.

A preocupação do desenvolvimento da pesquisa consistia no fato do trabalho não se ater a uma investigação tautológica, em que aplica-se o conceito de informalidade a um estudo de um grupo social, aparentemente de pobres, e concluir que informalidade é pobreza. Além disso, a questão do método, os problemas de quantificação e de previsão do fenômeno, tornava o trabalho mais complexo mas, ao mesmo tempo, a motivação e o desafio de realizar a pesquisa manifestava, claramente, o sentido de finalidade. A partir daí, era importante compreender que, na informalidade, existem diversos tipos de atividades - desde o jogo do bicho, prostituição até os vendedores ambulantes, camelôs, etc - com diferentes patamares de acumulação de capital. E este estudo - feira é uma parcela desse universo múltiplo.

Após as informações coletadas, estabeleceu-se um critério de classificação de espectro de atividades informais, concretamente identificadas. Sem essa classificação, o trabalho seria uma simples descrição do grupo social em estudo, ou até mesmo um relato das impressões que se tinha desse Centro Comercial - aparentemente de pobres - então, constataria a "obviedade" dos fatos.

Ao estabelecer:

- a) a distinção entre as atividades do comércio informal naquele local, separando trabalhadores possuidores ou não dos instrumentos de trabalho;
- b) a classificação da informalidade que trabalha com a prestação de serviços e a outra com a comercialização de bens perecíveis ou não perecíveis.

Dentro disso, pergunta-se: Como se reproduz o capital mercantil informal? Esta resposta será analisada no decorrer do texto.

INTRODUÇÃO

A multiplicidade de conceitos e denominações dadas à informalidade - economia não declarada, oculta, submersa, invisível, subterrânea, informal, paralela, não oficial, negra, criptoeconomia - refletem as dificuldades de compreender o fenômeno, visto que são relacionadas desde atividades ilegais até as irregulares.

Esta monografia está centrada nas observações empíricas da realidade dos informais situados no Centro Comercial de Camaçari. Portanto, é uma pesquisa que busca, através do questionário de campo, em um dado momento, descobrir uma pauta de comportamento próprio dos indivíduos que ali estão, compartilhando o mesmo local de trabalho.

O trabalho versa sobre o capital mercantil e, em última instância, aborda a questão básica sobre a acumulação e mobilidade, pressupondo que estes fenômenos ocorrem fora da atividade de trabalho, porém, dá indícios bastante prováveis. Considera-se engajados nesse processo o aumento de escala de mercadorias ou patrimônio pessoal e a perspectiva de ascensão no desenvolvimento da atividade, uma vez que estão numa situação privilegiada naquele local.

Por outro lado, trazem consigo toda uma realidade de onde vieram - são migrantes, na maioria - que se configura na criação de mecanismos de defesa, por exemplo, de sindicatos dentro do Centro Comercial de Camaçari, numa maneira de expressar e representar os interesses comuns.

Nos capítulos a seguir, pretende-se expor uma abordagem conceitual no sentido mais amplo do termo, sem ater-se profundamente nessa questão. Posteriormente, explana-se o perfil da América Latina nesse contexto, desembocando no processo histórico de Camaçari. A partir daí, será tratada a experiência concreta vivida com os informais no Centro Comercial de Camaçari.

1.0- ANTECEDENTES TEORICOS

Este capítulo pretende expor uma breve abordagem sobre a questão da informalidade, da noção à sua conceituação, bem como as principais correntes de interpretações, a fim de dotar a pesquisa de uma visão global sobre este fenômeno.

1.1- Marginalidade Urbana

A primeira tentativa de interpretação sobre a questão da informalidade foi realizada pelos sociólogos latino-americanos, nos fins da década de 60, sob a denominação de marginalidade urbana. "Na medida em que este sistema industrial se desenvolve, ele desorganiza as formas mais arcaicas de produção e libera mão-de-obra sem ser capaz, simultaneamente, de absorvê-la. Fatores de ordem demográfica - como decréscimo na taxa de mortalidade geral e infantil, e a manutenção de altas taxas de natalidade - tendem a agravar o quadro. Em virtude do encadeamento desses processos e como resultado do desenvolvimento capitalista, surge o fenômeno da marginalidade urbana"⁽¹⁾.

A preocupação de entender o alastramento da informalidade nas cidades, significa em última instância, estudar uma parcela considerável da população que se encontrava na pobreza extrema, em condições precárias de subsistência humana.

Nesse período, várias discussões sobre a noção de marginalidade urbana, levaram à tona o uso de termos como: exército industrial de reserva, superpopulação relativa e massa marginal. Isso consiste numa retomada à teoria marxista, tentando investigar a informalidade a partir dos conceitos já definidos, sem grandes contribuições.

Entretanto, "a marginalidade não chegou a constituir um conceito, e sim, um caminho conveniente para descrever uma combinação de fenômenos, decorrentes de uma lei - a da acumulação capitalista - que se expressa "exército industrial de reserva", correspondendo à descrição realista dos efeitos de uma lei dentro de outra estrutura (Amim, 1973, p.320)⁽²⁾".

⁽¹⁾ Vilar Faria - Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade p.131.

⁽²⁾ Milton Santos - Pobreza Urbana, p.29.

"Para enfrentar o problema, tem sido usado adjetivos demais. Porém, uma discussão semântica pura e simples não leva a nada - exceto se palavras antigas ou inventadas se tornam indispensáveis para identificar as categorias de análise que permitem melhor identificar as realidades sociais, para estudá-las mais profundamente e descobrir, ao mesmo tempo, a explicação e a solução dos problemas correspondentes"⁽³⁾.

A partir do momento que os autores não analisam mais o fenômeno da informalidade isoladamente, e abrangem as interpretações na esfera política, econômica, social, cultural e suas interrelações com os outros países, tem-se um referencial teórico para explicar o objeto de estudo.

Nessa mesma época, os autores pessimistas com o modelo de desenvolvimento, defendiam a teoria da dependência como uma "... tentativa de explicação de caráter global que procura não só interpretar as várias etapas por que passam as formações sociais latino-americanas, como também, dada a configuração estrutural existente, analisar o porvir histórico dessas sociedades. Em outros termos, é uma teoria que abrange fatores macro-estruturais, tanto políticos e econômicos, como sociológicos e culturais, a partir dos quais se analisa a trajetória histórica das sociedades periféricas, tendo em vista suas relações com os países centrais"⁽⁴⁾. Se por um lado, a economia latino-americana deve ser entendida dentro de um contexto dependente do exterior, este fator condicionava a marginalidade urbana; por outro lado, o processo de desenvolvimento socioeconômico, internamente nesses países, determinava os caminhos para o aparecimento, cada vez mais agravante, dessa problemática. No segundo caso, o desenvolvimento/aperfeiçoamento do setor agrário, com introdução da mecanização, tem-se a liberação de mão-de-obra que expulsam trabalhadores do campo para a cidade. Porém, o setor industrial constituirá um fator de atração, incapaz de absorver essa mão-de-obra, além do próprio crescimento demográfico.

Nesse ponto de vista, a marginalidade era funcional aos países centrais, na medida em que era conveniente para o sistema capitalista, constituindo uma grande reserva de mão-de-obra barata.

⁽³⁾ Milton Santos, op. cit., p.33.

⁽⁴⁾ Lucio Kowarick - Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: Uma contribuição teórica, p. 62.

1.2- Origem Conceitual

No início da década de 70, Keith Hart preconizava o termo setor informal pela primeira vez, qualificando as diversas atividades urbanas, ocupadas por um contingente não absorvido pelo mercado formal de trabalho. Nesse trabalho realizado em Gana, apresenta o caráter dual da informalidade: setor informal (tradicional) e setor formal (moderno) para estabelecer uma divisória ao desenvolvimento de atividades antes da penetração do capitalismo propriamente dito e posterior a essa fase, respectivamente.

Essa abordagem conceitual sobre o setor informal foi adotada e divulgada mais precisamente, no relatório do Kenya, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT - e, a partir daí, os trabalhos realizados em outros países, posteriormente, adotaram essas denominações. "Este enfoque era baseado, inicialmente, numa concepção dualista da estrutura econômica, e os mercados evidenciavam também uma perspectiva altamente otimista da possibilidade de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Consistia num fundamento conceitual coerente com as políticas das missões de assessoria da OIT, que propunham aos governos do Terceiro Mundo, políticas de apoio ao fomento de produtividade do setor informal, do suposto dinamismo e pessoal integrativo, manifestado por essas atividades, para assimilar progressivamente ao setor moderno e a adoção de políticas macroeconômicas que incorporam explicitamente objetivos de emprego." (5)

As características principais do setor informal, segundo a OIT, relacionava-se a: fácil entrada, dependência dos recursos naturais, empreendimento de propriedade familiar, pequena escala de operações, trabalho intensivo e tecnologia adaptada, qualificações adquiridas fora do sistema escolar "formal" e mercados não regulados e competitivos. No caso do setor formal seria o contrário: entrada restrita, recursos frequentemente são externos, propriedade de corporação, operação em grande escala, tecnologia importada e capital intensivo, habilidade adquirida dentro do sistema escolar "formal" e mercado protecionista.

Os trabalhos técnicos desenvolvidos pelo PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe - da OIT foi o principal difusor na América Latina, realizando projetos dirigidos para o setor informal. "A associação pobreza/migração/setor informal é mantida aqui como nos estudos anteriores, contudo, existem algumas diferenças de interpretação. A produção é enfocada como um todo, porém, segmentada pela expansão capitalista e as relações entre os dois setores." (6)

(5) Vanessa Cartaya F. El Confuso Mundo Del Setor Informal. p. 77-78.

(6) Maria Cristina Cacciamali - Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção p. 22.

Introduz um enfoque onde, estritamente, não há um caráter dual entre o setor formal e informal, mas há uma articulação de forma subordinada. Tal subordinação se daria pelo próprio movimento do capital, a ocupação espacial, a adaptação do instrumento de trabalho, acesso às matérias-primas, subcontratação de mão-de-obra, etc.

Foi de grande valia as primeiras abordagens conceituais sobre a informalidade pela OIT, porém, as características de um objeto de estudo tendem a mudar, levando em consideração todo o processo histórico pela qual passou a sociedade num determinado tempo e espaço, e a adaptação desses agentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Por isso, a generalização do conceito e políticas globais para o setor informal, por exemplo, faz com que a teoria não seja compatível com a realidade, porque existe especificação própria de cada realidade em determinada sociedade.

A dualidade do conceito formal e informal adotada pela OIT, tem algumas deficiências na classificação, porque trata-se de uma proposta estritamente específica para a realidade de um espaço observado num determinado local, e adotado para outras realidades diferentes de um povo a nível cultural, social, político e econômico. Esse corte conceitual tornou-se grosseiro e simplificado para explicar o fenômeno, uma vez que as múltiplas atividades informais são alocadas na divisão apenas de 2 categorias econômicas (formal e informal). Esse tipo de classificação tornou-se complexa ao estabelecer para as atividades de caráter "híbrido" qual o setor a se adequar, dentro de um critério pouco consistente. Além disso, apontar que esses dois setores são independentes e não estão integrados são conclusões precipitadas, na verdade, estão dentro de um sistema articulado e complementando-se a forma dependente do setor informal para o setor formal. Dentro desse contexto, a tentativa de aplicar uma única política governamental para o setor informal era pouco provável que fosse eficiente, porque havia diferentes tipos de atividades, e acumulação de capital. Vista internamente, a realidade de uma região pode ser diferente das características da outra e o remédio para isto, possivelmente, tem que ser compatível com sua doença. Por fim, a tendência de relacionar o urbano informal e o urbano pobre como sinônimos, restringia o conceito do setor informal e, por vezes, acabava realizando uma investigação tautológica de conceito de pobreza/informalidade. Entretanto, nem todas as pessoas que estão no setor informal são pobres.

"Toda economia e toda a sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos. Em seguida, não se pode considerar os dois setores (setores modernos e tradicionais) como se fossem separados, independentes e autônomos... É por essa razão que não pode haver nenhum setor informal dentro de uma sociedade formal global. O todo é dirigido pelo mesmo sistema de normas. Ainda que o sistema anterior seja dinâmico, o dinamismo o

dependente... Quando suas características são consideradas isoladamente, cada circuito aparece como um subsistema; quando considerados dentro da economia urbana total, cada circuito aparece como um complemento dominante. O estudo da cidade como uma totalidade não é possível sem o exame dessa dialética entre os dois circuitos, responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e forma de evolução, tanto da organização urbana como de sua área de influência".⁽⁷⁾

⁽⁷⁾ Milton Santos - "Pobreza Urbana", pgs. 19, 43, 58.

1.3- Visão Neomarxista

O setor informal, na ótica neomarxista, cumpre um papel funcional no sistema capitalista, mantendo um processo de acumulação de capital e subordinado aos ditames impregnados pelo avanço do capitalismo. Nesse enfoque, o desenvolvimento sustentado do setor informal, convertendo numa parte integrante deste sistema, é bastante pessimista.

A questão da funcionalidade do setor informal vinculado ao setor formal se dá pela subordinação às estratégias e mecanismos para auferir maiores lucros, através da subcontratação de trabalhadores ou empresas de propriedade familiar, de modo a transferir encargos sociais e, em última instância, reduzir os custos de produção. Além disso, a existência de baixos salários nesse setor contribui para adotar, paralelamente, uma política salarial interna nas empresas formais.

Nesse caso, o trabalhador assume o risco de reproduzir sua força de trabalho, uma vez que não há garantia de emprego, benefícios e assistência médica ou qualquer aparato de estabilidade que não seja meramente o salário. Ao estabelecer, por outro lado, que o trabalhador não absorvido pelo mercado formal de trabalho constitui o exército industrial de reserva, fica uma questão no ar. Para pertencer a esse exército industrial de reserva, precisa necessariamente ter condições físicas e qualidades técnicas requeridas, no mínimo, para fazer parte deste "banco de reserva". Por isso que a situação torna-se mais caótica, quando se sabe que uma grande parcela da população não atende aos requisitos exigidos. Então, o horizonte para essas pessoas é bastante limitado. Mais do que isso, o setor informal é fruto do processo evolutivo do capitalismo e, portanto, somente será absorvida a quantidade de mão-de-obra necessária para reproduzir o capital empregado.

Quando se amplia essa abordagem, observando pelo âmbito da produção, verifica-se que a subordinação "reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação de tecnologia, no acesso a crédito, nas relações de troca, nos vínculos mais concretos de subcontratação, como na esfera de produção e circulação. A subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais provoca, constantemente, a destruição e recriação das primeiras". (e)

(e) Maria Cristina Cacciamali - "Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção", pg. 24.

1.4- Visão Neoliberal

A explicação neoliberal para o aparecimento crescente do setor informal se dá pela excessiva intervenção do Estado nas atividades econômicas que obrigam os informais a atuarem às margens da lei estabelecida. Adotam um posicionamento ideológico explícito sobre o papel do Estado frente à problemática da economia informal. O que se coloca nesta questão é saber se os informais não se adequam às leis vigentes ou se estas não correspondem à realidade desse povo, uma vez que, neste enfoque, pressupõe o predomínio de atividades não declaradas ou extra-legais e a necessidade de retornar ao modelo concorrencial de regulação dos mercados. "Para o raciocínio de base neoclássica, os preços de mercado (mercado sem interferências "exógenas") devem refletir custos de oportunidade dos recursos produtivos: no mercado de emprego, o pleno emprego é atingível desde que essa relação entre preços e custos possa ter livre curso. Se surge no mercado um amplo segmento de subemprego e desemprego, que estabelece um dualismo, isto decorre de influências, o mais das vezes, resultantes de intervenções estranhas ao mercado (Estado, principalmente)."⁽⁹⁾

Dentro deste contexto, a expressão mais forte na literatura econômica está contida no livro de Hernando de Soto, que aborda a realidade peruana. Relata, numa visão um tanto quanto otimista, negando a participação do Estado, que as atividades informais desenvolvidas é uma resposta popular à incapacidade deste em satisfazer as necessidades da população. Constitui, por assim dizer, toda uma forma de vida, peripécias e estratégias de sobrevivência ou não, valores e culturas adaptadas.

Dado esse panorama peruano de que a maioria da população está na economia informal, o que se põe em questão não é apenas o relato do fato, mas tentar perceber, muito além da ideologia, a perspectiva do desenvolvimento econômico no Peru. A informalidade não pode ser um estado latente e crescente porque, assim como é necessário para uma nação fazer uma aliança política, é fundamental ter a outra, econômica. Para isso, é necessário que o Estado encontre uma alternativa, porque a informalidade não é a meta, nem o modelo de vislumbramento esperado.

⁽⁹⁾ Renato Duarte (1979.) - "Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina", pg. 24.

2.0- A REALIDADE DOS PAISES PERIFÉRICOS

Este capítulo apresenta uma abordagem concisa da manifestação dos principais questionamentos sobre a informalidade, aqui em foco a América Latina, numa visão agregada dos problemas e transformações sofridas por essas sociedades periféricas.

2.1- América Latina

O pensamento da Cepal tem, em sua maior expressão, Raul Prebisch, o criador e difusor do entendimento da Economia periférica e suas inter-relações com o centro dominante, interligado pelo processo de acumulação de capital a nível mundial, porém caracterizado pela dependência e desenvolvimento socio-econômico desigual.

Em decorrência da dicotomia entre centro - periferia, explicando a dependência dos países atrasados, toda compreensão sobre a informalidade está vinculada ao desenvolvimento do capitalismo.

Ao identificar um contingente da força de trabalho excedente, resultante da recente industrialização nos países periféricos e que, em última instância, é condicionada pelo próprio movimento do capital, cabe analisar as transformações internas ocorridas.

A penetração do capitalismo na agricultura, com novas técnicas e elevação de produtividade do trabalho, desencadeia um perfil modernizador no campo, e isso reflete na expulsão de pessoas que perdem sua funcionalidade e dirigem-se para as cidades. Por outro lado, o avanço da industrialização e as formas de assalariamento, além da infra-estrutura que a cidade pode oferecer, tornam-se um mecanismo de atração de população desejosa de melhorar de vida. Porém, o uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra reverte as perspectivas de absorção dessa população.

Entretanto, o processo de êxodo rural, no ponto de vista do capital, tem suas conveniências. De um lado, significa a diminuição de pessoas no campo e, com isso, pode-se aproveitar melhor a terra e elevar a produtividade. Por outro lado, com o aumento da produtividade, os preços dos alimentos caem e o salário dos trabalhadores urbanos tem maior poder de compra.

A inserção da grande maioria da população rural no contexto urbano se dá via desenvolvimento de atividades informais ou mão-de-obra barata. É inegável o alastramento desses informais nas cidades, principalmente nos últimos anos, quando associavam a informalidade com pobreza extrema, enquanto que o fenômeno tem dimensões maiores do que uma faixa da população total. Porém, é significativo o montante de pessoas de baixa renda.

As colocações pertinentes de Victor Tokman⁽¹⁰⁾ sobre a popularidade do setor informal é bastante relevante para a atual conjuntura que atravessa os países latino-americanos. Algumas explicações para esta questão, na ótica econômica, são dadas pela preocupação do crescimento do setor informal, nos últimos anos, como já foi mencionado acima, em decorrência da mecanização na agricultura. A recessão dos anos 80 reflete diretamente a criação de emprego e, parcela da população, para sobreviver, desenvolve atividades informais. A grande maioria dessa população informal, especialmente na América Latina, é pobre. Vale ressaltar, mais uma vez, que nem todos que estão na informalidade são pobres.

As expectativas futuras de diminuição do setor informal são remotas, visto que o crescimento econômico não aponta melhoras nesse quadro, a nível de absorção de mão-de-obra. Surge, entretanto, o interesse por formular políticas alternativas específicas para este segmento da sociedade - é inegável seu crescimento nas cidades - como meio de contornar essa situação, uma vez que os recursos financeiros destinados a esse setor são baixos. Na ótica econômica, a nível cultural, percebe-se que as denominações e seus respectivos conceitos, nos países desenvolvidos, têm características diferentes dos países periféricos, dada toda a experiência vivida por que passou cada sociedade. Por isso, a importação de conceito foge à realidade desses países.

A informalidade, no ponto de vista político, sem dúvida constitui um peso considerável numa eleição, em qualquer esfera política, dada a retomada da democracia em alguns países latino-americanos. O voto torna-se o fator "chave" do jogo de interesses. Ao direccionar um discurso político a essa população, chamando-a de "trabalhador desempregado", não a atinge diretamente, porém, se denominá-la de "descamisados", consegue penetrar na realidade desses informais e angariar muitos votos. Do ponto de vista ideológico, constata-se o predomínio do pensamento neoliberal nessas sociedades, numa visão otimista, apesar da forte intervenção do Estado na economia. Para os neoliberais, a receita para a questão da informalidade é a adoção de uma política de maior flexibilização do mercado.

(10) Victor Tokman, "El Imperativo de Actuar - El Sector Informal Hoy", pgs. 94 e 95.

Esses fatores contribuem para entender o atual cenário desses países latino-americanos e não se tem uma resposta plausível para os problemas concretos da informalidade. A alternativa para essa questão ainda é uma incógnita e só relatos dos fatos não resolvem, é preciso a atuação do Estado. Não necessariamente um Estado paternalista, mas que comece, de alguma forma, a buscar essa alternativa, traçando uma política específica para o setor e, numa visão macro, visualizar uma perspectiva de desenvolvimento econômico a longo prazo. Por mais que se saiba que a informalidade tem caráter permanente na sociedade, a nível cultural por exemplo, mais a realidade peruana está aí para mostrar o futuro que este país pode ter. Isso passa por uma definição política, econômica e social de toda sociedade e, em última instância, o Estado como precursor dessa alternativa, ou futuramente perderá as "regras do jogo" e as rédeas do crescimento econômico.

CAMAÇARI SOBRE DUAS RODAS



TAC
*Um gesto,
um movimento,
um estalo de
criatividade.*



CERES



*1º ano
amparando
a comunidade.*

CAMAÇARI

agora

Informativa Cultural do Camaçari nº 1/70

Nasce o Pólo.





A pior coisa que pode acontecer a você é ficar desempregado. Em Camaçari, isso vai ser muito difícil.

Todo mundo sabe que o desemprego é a coisa mais desagradável que pode acontecer a qualquer pessoa.

Quando planejamos a nova Camaçari pensamos muito nesse problema: emprego para todos. O desempenho de atividades bem remuneradas, que proporcionam bem estar, conforto e dignidade.

40.000 empregos diretos. E muito mais.



A partir de 1980 estarão funcionando, em Camaçari, dezenas de grandes

empresas dos ramos químico, petroquímico,

metalúrgico e de transformação.

Muitas delas são ligadas a importantes grupos empresariais, nacionais e multinacionais e vão gerar no mínimo, 40.000 empregos diretos.

Agora, e principalmente daqui há dois anos, milhares de pessoas vão trabalhar na Central de Matérias Primas - CEMAP, Central de Manutenção de Camaçari - CEMAN, Cetrel, Ciquine, Melamina Ultra,

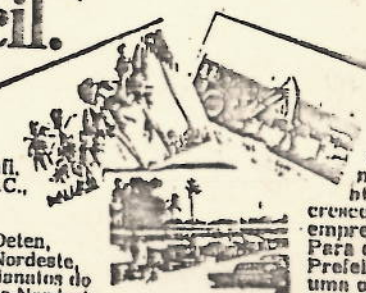
Melanor, Acrinor, Nitro-carbono, Petrofertil, Pronor, Cobafi, Copenor, C.P.C., Companhia Química do Recôncavo, Deten, Estireno do Nordeste, Isufertil, Isocianatos do Brasil, Oxiteno Nordeste, Polialden, Polipropileno, Politen, Sulfab, Basf Química, Copas Nordeste, Central de Polímeros da Bahia, Etoxiladas do Nordeste, Fenolac, Poliquima, Rhodia Nordeste, Ultramod e muitas outras que estão em fase de projeto ou implantação.

Além do Complexo Petroquímico, daqui há alguns anos também estará funcionando o Complexo Metalúrgico do Cobre que significa um investimento quase tão grande como o do COPEC, dando lugar a criação de inúmeras indústrias. E, conseqüentemente, mais empregos.

Quem madruga a gente ajuda.

Camaçari é uma das cidades que mais crescem no Brasil.

Venha morar em Camaçari. Uma nova cidade está nascendo aqui.

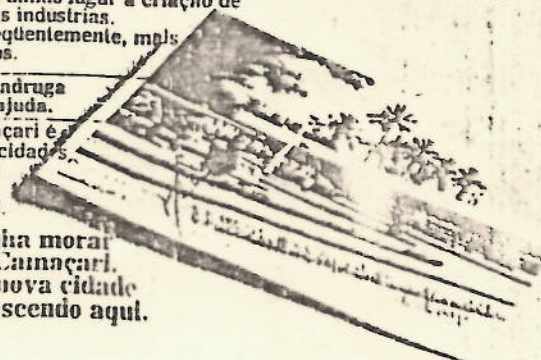


E cresce ordenadamente. Diariamente dezenas de operários desembarcam em nossa cidade atendendo à crescente oferta de empregos.

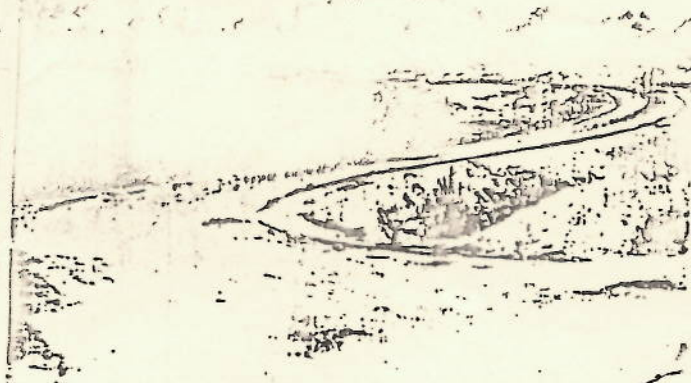
Para os que chegam, a Prefeitura mantém toda uma organização montada para atendê-los.

Em nosso Centro de Triagem, quem chega a Camaçari recebe uma completa orientação: desde como tirar documentos (carteira de identidade, documento militar, carteira de saúde) indicação de emprego e condições para adquirir terreno ou casa própria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE Camaçari
Campanha de Interesse Público
Governador do Estado da Bahia



ARTS PAMPA



Todo mundo bicicletando (A ciclovia tá prontinha).

A ciclovia de Camaçari está pronta. É a primeira e ser construída no Brasil. Pistas paralelas já existem em várias capitais, sobretudo no Sul do Brasil, mas esta pista exclusivamente para bicicletas, e de 2,5 metros de largura, é a única até agora.

É de seis quilômetros e meio a extensão da primeira ciclovia de Camaçari. Ela sai do Bairro Nova Aliança (ex-Phoc) e, buscando as regiões menos movimentadas, vai até o Complexo Básico Petroquímico, cumprindo sua função primordial de facilitar o transporte de operários, e atendendo à urgente necessidade de economia de combustível.

Uma grande festa foi planejada para inaugurar a ciclovia. Será no dia primeiro de maio quando já será construída uma pista de madeira, no sentido de "motocross" para a verinada. Competições, sorteios e muitas outras atrações com o patrocínio da Prefeitura e de Monark estão sendo planejadas entretanto, as chuvas que caem aqui na região nesta época do ano impedem tudo no brinquedo. Não faz mal,

quando São Pedro deixar a gente fazer festa.

A BICICLETA EM CAMAÇARI

A bicicleta já é um veículo incorporado à vida do Camaçari. Aliás, este é um fenômeno regional, pois em quase todas as cidades do Recôncavo a bicicleta tem uma grande importância como meio de transporte.

Em Camaçari, entretanto, essa tendência é estimulada pelos poderes público e privado. Recantamento, uma fábrica do Pólo Petroquímico financia diretamente bicicletas para seus funcionários. A aceitação foi boa e uma nova onda de bicicletas invade a cidade.

Não somente na ciclovia a bicicleta está presente em Camaçari. Na Prefeitura, quando um mensageiro recebe uma incumbência, passa e deixa em uma das bicicletas paradas no pátio de estacionamento e vai cumprir sua tarefa com maior rapidez e menor custo, porque a cidade é bem plana.

Aqui em Camaçari já está eumen-

tando o número de "bicicletários", como são chamados os estacionamentos. Na Coramus e muitas outras empresas, essas bicicletas muitas cobertas são ampliadas continuamente para atender a expansão do uso da bicicleta em serviço.

Na cidade, em todo lugar tem bicicletas. No centro de abastecimento, na feira, defronte do supermercado, nas portas das casas comerciais, elas estão sempre presentes. Na praça Urubitinga de Montenegro sob as árvores, o grande assunto é a bicicleta. Ali se fazem "tratos", vendem-se, trocam-se, consertam-se. Várias tendas de consertos, além da manutenção, servem de intermediários para os negócios. Os preços? Variam demais para se ter uma idéia precisa da situação. Tudo vai depender da marca, do ano de fabricação e dos acessórios: farol, espelhos, marcha, bendeiroles, buzinas, anéis mil coisas. Algumas bicicletas são tão enfeitadas que recebem o apelido de "ponteadoiros".

Piloto concluído, o que deverá levar mais uns três anos, haverá uma melhora de cem quilômetros de ciclovias. Ou seja, a bicicleta será contemplada praticamente com a mesma extensão de vias destinadas a veículos automotores.

Toda essa melhora prevê uma série de cuidados de segurança; dentre eles, a preocupação de uma ciclovia jamais cortar uma rua destinada a automóveis. Além disso, as ciclovias contêm uma iluminação especial e vapor de mercúrio, cercas vivas, sinalização e até mesmo túneis evitando cruzamentos.

Baseado em estudos de projetos semelhantes realizados principalmente na Europa, o Gepra - Grupo Executivo de Projatos e Obras - fixou um padrão para as ciclovias: elas têm três metros de largura mais acostamento. Ao longo de todo seu extensão, são implantadas "linhas", que evitarão o mau uso por carros, e o sistema de iluminação é mais baixo, garantido maior visibilidade para os seus usuários.

Como Governador Velezeres, em Minas Gerais, Camaçari um dia será também conhecida como a

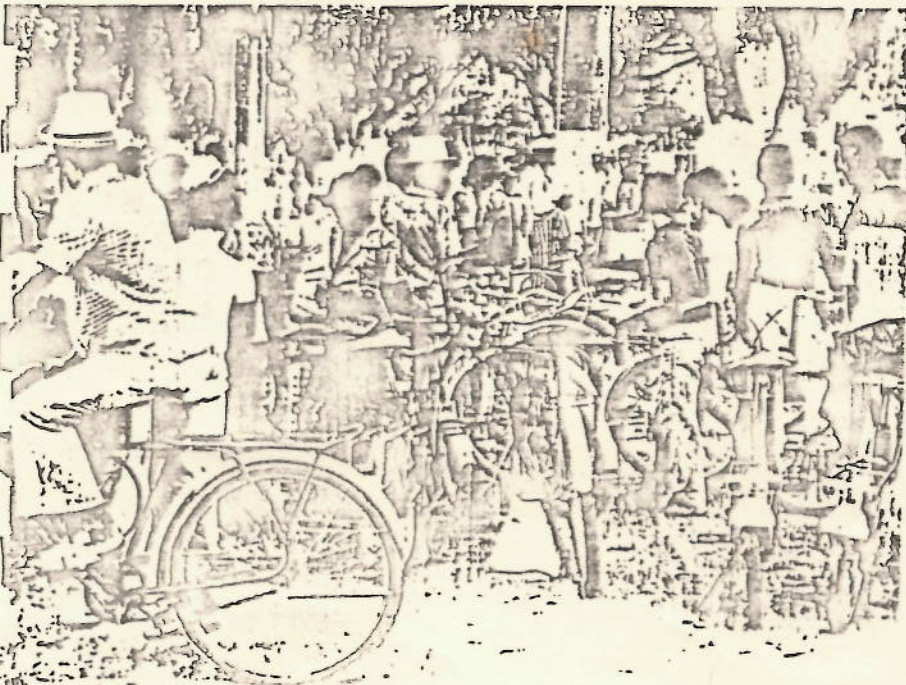
cidade das bicicletas. Vê-la levar algum tempo, mas logo certamente recontebrá.

Um porque a utilização da bicicleta em Camaçari não foi dimensionada apenas com a preocupação de economia de combustível ou como veículo destinado exclusivamente para o trabalho. O Parque Central, por exemplo, com sua 400 mil metros quadrados, está todo cercado por ciclovias, mais ainda o ilha, mantendo em qualquer momento o usuário da bicicleta desfrutar de toda a beleza de seus recursos naturais. Ali no parque haverá estacionamento para bicicletas, lugares para picnic e para o namorado, claro, porque disso todo mundo gosta e não deve ser substituído por outros meios de transporte.

Tudo logo será conhecido da de "Aguarda" e ciclovia. Camaçari. Assim vai sair com o nome de cidade sobre e bicicleta, mantendo dados e invenção de um país que de transporte, informações sobre sua evolução, técnicas, mercado, preço, tudo, e de coleta. Aguarda.

LAZER E DIVERSÃO

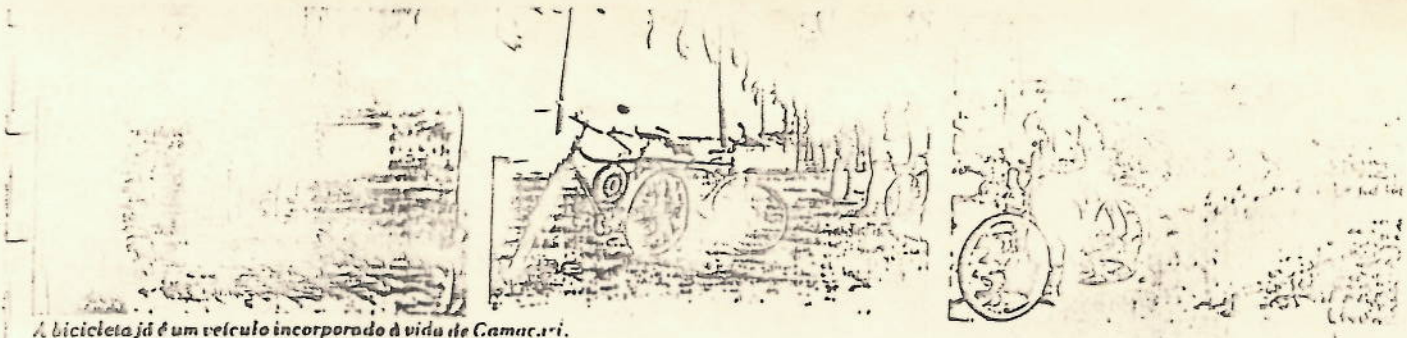
Quando Camaçari tiver seu Plano



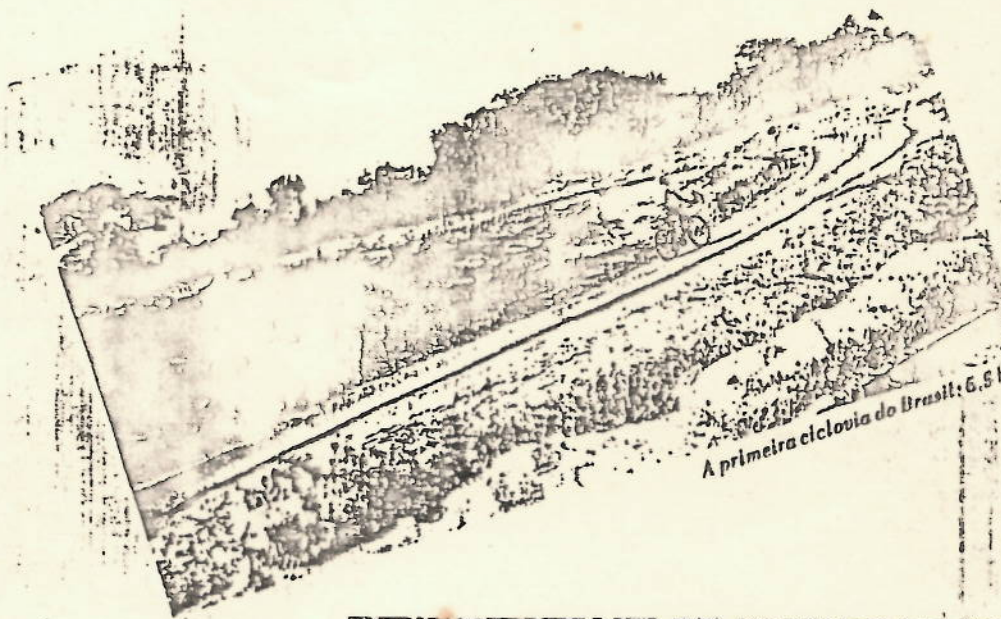
Na Praça Desembargador Montenegro, o assunto de todo dia: bicicleta.



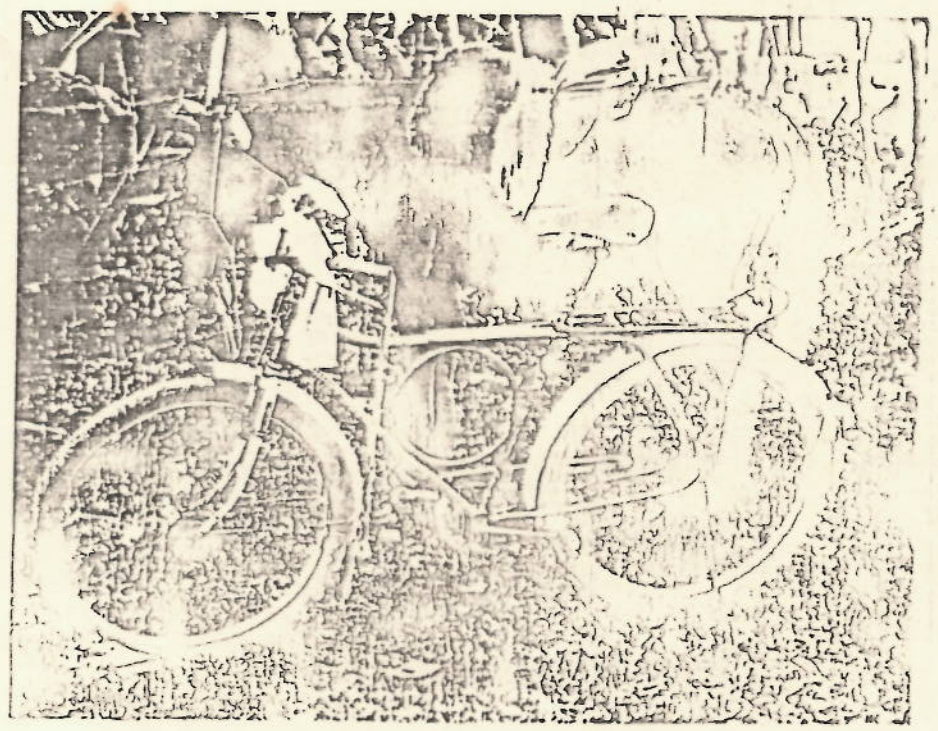
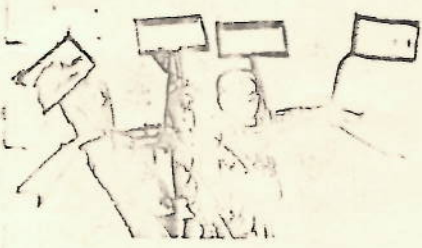
DATA / P. 12/1970



A bicicleta já é um veículo incorporado à vida de Camacari.



A primeira ciclovia do Brasil: 6,8 km de extensão. É só começo.



DATA

2.2- Histórico de Camaçari

O limiar da industrialização nos meados de 70 trouxe a "Nova Bahia", um novo perfil urbano e modernizador, com o advento do Pólo Petroquímico de Camaçari. Por trás desse complexo industrial, deve-se compreender o processo de acumulação e expansão de capital e seus efeitos. Esses fatores eram mecanismos que atraíam pessoas desejosas de melhorar suas condições de vida, criavam expectativas de grandes lucros e manifestavam o sentimento de acumular com a "corrida" do dinheiro em Camaçari.

No período de implantação do pólo petroquímico (1975-80) - quanto à criação de emprego - foi absorvida uma parcela significativa de trabalhadores na construção civil e indústria propriamente dita. Na fase de expansão (1980-85), onde realizavam-se os investimentos, começou a surgir os primeiros sintomas de alternativa para o emprego formal de trabalho, pois as empresas não necessitavam mais da mão-de-obra, já tinha terminado a fase de construção, portanto, precisavam de alguns para realizar a manutenção das obras. A partir daí, verificava-se os sinais do fenômeno de crise (1985-90), as empresas precisavam ampliar estrutura e a produção, observava-se a diminuição de emprego e a degradação das condições de vida da população.

Vale ressaltar que a questão da geração de emprego foi demasiadamente empregada na época da implantação do pólo petroquímico, como pode-se constatar no relatório da Empresa de Consultoria Hidroconsult⁽¹¹⁾, baseando-se em dados secundários, que afirmava que os empregos gerados em 1981 e 1989, quanto à mão-de-obra direta, era de 20.000 e 25.000 trabalhadores, e para mão-de-obra indireta de 24.000 e 31.000, respectivamente. Segundo o Copec, as estimativas para 1986 eram de 27.400 empregos diretos e 31.100 indiretos, significando, portanto, que não correspondiam às expectativas esperadas e o quadro agravou-se nos últimos anos.

Os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - revelou que, na década de 70 e 80, na série de Camaçari, havia uma população urbana de 13.025 habitantes e 49.602 habitantes, bem como uma população rural de 2.743 habitantes e 7.687 habitantes, num total do Município de 33.533 habitantes e 89.511 habitantes, respectivamente. As estimativas para julho de 1989 apontavam, aproximadamente, 101.821 habitantes para o Município, porém, as pesquisas extra-oficiais da Prefeitura revelavam que "a cidade de Camaçari abriga uma população de 112.000 habitantes, dos quais 85% são migrantes. A taxa de crescimento demográfico médio anual dos últimos 20 anos está em torno de 10,75%, numa avaliação feita para o Município, e a exata medida do impacto se dá quando comparada as médias nacional e

(11) Hidroconsult. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - Para a ampliação do Complexo Petroquímico de Camaçari, junho de 1989.

estadual, correspondentes no mesmo período a 2,47% e 2,0%, respectivamente. (12)

O estímulo para migrar era reforçado diretamente pelos anúncios nos veículos de comunicação, como pode ser constatado "com a publicação em matéria ilustrada no jornal 'Camaçari Agora', elaborada pela então Prefeitura local, datada de maio de 1978, o que se fez na época foi uma convocação aos desempregados, em especial do interior do Estado e Nordeste do Brasil, com uma ilusória oferta de 40.000 empregos diretos". (13) Divulgavam sobre as maravilhas da "Nova Canaã", mas sem infraestrutura para absorver essa população. Chegavam ao Município de Camaçari cerca de 6 famílias, em média, por dia (Hidroconsult).

A situação de moradia dos migrantes torna-se mais clara quando se analisa os dados da Prefeitura em dezembro de 1990, registrando 19 invasões na sede da Camaçari, sendo que 5 são consolidadas e 14 em fase de estudo (ver ilustração). De 1976 a 1988, a produção habitacional correspondia a 3.833 lotes urbanizados, atendendo a 35% da demanda local, que possui um rendimento de 0 a 3 salários mínimos, sendo que 90% do total era exclusivamente produzida pela Prefeitura, bem como 7.131 unidades residenciais, absorvendo 75% do crescimento total da população local, atendendo aos possuidores de uma renda familiar aproximadamente de 3 a 10 salários mínimos e o Estado sendo o agente promotor, produzindo 75% das unidades residenciais através da Urbis e Inocoop (Hidroconsult).

A rede de saúde no Município registra um quadro caótico em que apresenta tendência nítida de mortalidade geral a partir de 1979, sendo as doenças infecciosas intestinais, de aparelho respiratório, pré-natal e deficiências nutricionais os principais causadores de óbitos (RIMA - julho/89). Na sede de Camaçari, a rede pública, atualmente, é constituída de 16 Unidades de Saúde com 22 leitos; em 1988, começou a funcionar o Hospital Geral de Camaçari; a parte ambulatorial está em plena operação, enquanto que a unidade de cirurgia possui apenas 1 médico durante um dia por semana para atender os pacientes, com apenas 30 leitos em uso de um total de 150. A rede privada é constituída de 12 clínicas, com um total de 69 leitos e 19 ambulatórios médicos de empresas do COPEC (Hidroconsult).

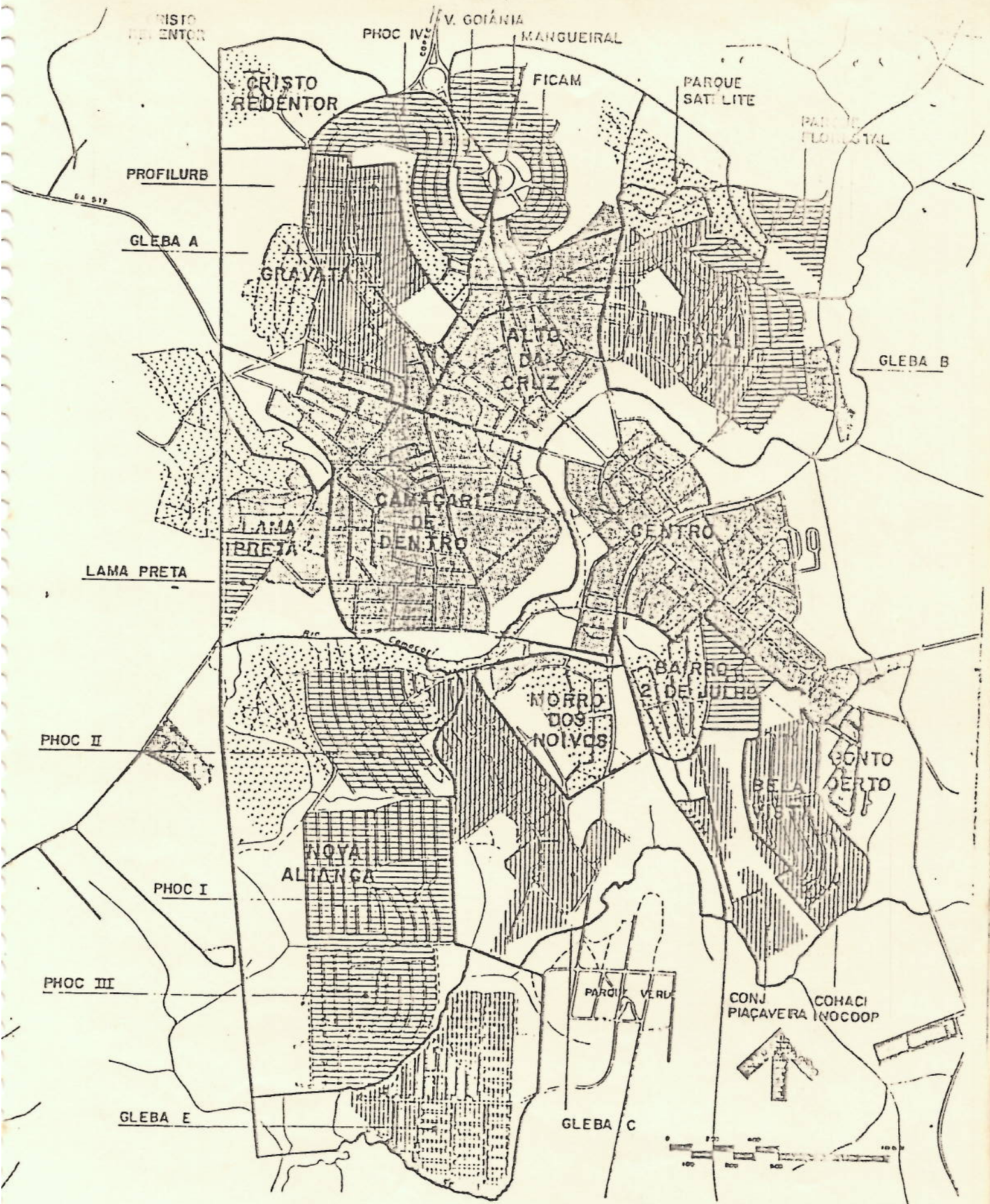
A rede de ensino no Município, o poder local investe majoritariamente. Quanto ao atendimento pré-escolar, em 1983, possuía 3 unidades escolares; em 1986 constituía 48 unidades pré-escolares em Camaçari e 10 unidades pré-escolares em Dias D'Ávila. Quanto ao atendimento de 1º grau, em 1983, possuía 61 unidades; em 1986, constituía 73 unidades em Camaçari e 13 em Dias D'Ávila. A participação do Estado é mínima quanto à gestão do sistema

(12) Sepiae - Secretaria de Planejamento Municipal. Projeto "Meio Ambiente", abril de 90, p. 4.

(13) *Ibidem*.

educacional de Camaçari. O ensino profissionalizante começa a funcionar a partir de 1985, tentando suprir as necessidades de algumas atividades no pólo.

O histórico de Camaçari, portanto, está relacionado diretamente ao pólo petroquímico e todos seus efeitos devem ser analisados a partir deste. As reflexões sobre a acumulação e expansão do capital, com o surgimento desse complexo industrial, desencadeia todo um processo dependente de sua dinâmica e que por sua vez, condiciona e dita regras econômicas, políticas e sociais.



LEGENDA

- LIMITE DE BAIRROS
- ▭ OCUPAÇÃO INICIAL
- ▭ INVASÃO

- ▭ EMPREENDIMENTOS INOCOOP/URBIS
- ▭ EMPREENDIMENTOS DA PREF. MUNICIPAL

ILUSTRAÇÃO III 6-9 CAMACARI: OCUPAÇÃO POR MODALIDADE DE DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO

FONTE - PMC

3.0- CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO OBSERVADO

3.1- Conceituação

Entende-se, aqui, a informalidade se expressando por diversos tipos de atividades informais e diferentes patamares de capitalização e está estritamente relacionada ao desenvolvimento do comércio simples.

Dentro do micro universo em que foi realizado o estudo, observa-se a heterogeneidade de condições de vida e padrões distintos de reprodução. Encontra-se desde vendedores de picolé, tempero verde, comerciários, prestadores de serviços até os donos de bancas e boxes de mercadorias perecíveis e não perecíveis.

Por outro lado, caracterizam-se por não pagar nenhuma taxa à Prefeitura, não declaram renda, produzem e circulam mercadorias - seja mercadoria propriamente dita, força de trabalho ou serviços -, reproduzem o capital na forma de patrimônios pessoais ou escala de mercadorias, enquanto alguns apenas sobrevivem. Isso é para se ter uma idéia de que, ao tratar desse fenômeno em estudo, é bastante complexa sua tipificação e, ao tentar generalizar o conceito, perde-se nas particularidades. Deve-se levar em consideração todo o processo histórico pelo qual passou essa sociedade; os fatores e condicionamentos que atraem e mantêm a informalidade e toda uma forma de vida que envolvem esses informais.

3.2- Elaboração do Questionário de Campo

O trabalho está centrado nas observações empíricas da realidade dos informais da feira do Centro Comercial de Camaçari. Para alcançar os objetivos traçados, foi necessário adotar um mecanismo que possibilitasse descobrir um comportamento inerente de uma parcela de um grupo social.

A elaboração do questionário de campo (ver anexo 01) foi baseada no instrumental utilizado pela AISPO - Associação Italiana para Solidariedade entre os Povos - sendo aplicado nos domicílios do bairro de Pau da Lima, em Salvador. Entretanto, esse questionário de campo foi adaptado para a realidade do universo em estudo, uma vez que não se trata de uma investigação no domicílio, mas sim no local de trabalho, de modo a encontrar subsídios explicativos para o problema em questão.

O questionário de campo está dividido em:

- a) Identificação do entrevistado
- b) Análise
 - b.1) Ocupação e Renda
 - b.2) Alimentação, Moradia e Saúde
 - b.3) Educação e Política
- c) Perspectivas
- d) Observações

Este instrumental permitiu a quantificação dos dados e uma análise dos mesmos, desvendando as impressões que se tinha daquele local.

3.3- Estrutura do Universo de Análise

O universo analisado se restringe ao Centro Comercial de Camaçari, correspondendo a uma área de 25 mil m², situado na sede de Camaçari. Historicamente, o Centro Comercial era um pequeno mercado de pessoas que vendia produtos diversos, somente na sexta-feira e sábado, sem ponto fixo de venda. A partir de 1975, este mercado foi reforçado e ampliado, e as feiras passaram a ser realizadas todos os dias. Paulatinamente, a administração pública municipal realizou o ordenamento desse comércio simples (feira), por tipos de mercadorias afins, distribuindo-as em bancas e boxes.

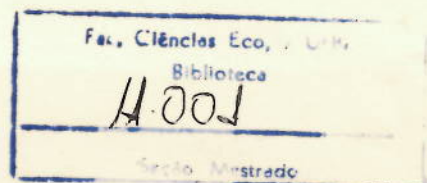
Atualmente, com base em critérios adotados pelos Administradores e Fiscais do Município - responsáveis pela gestão desse local - os informais têm que se adequar a determinadas regras. Por exemplo, os donos de bancas ou boxes são cadastrados pelos fiscais e, diariamente, a fiscalização municipal observa diretamente o desenvolvimento das atividades. Nos sábados, principalmente, é realizado o controle de presença dos donos das bancas e boxes, através de uma lista mensal com respectivos nomes. Caso este comerciante se ausente por 4 vezes consecutivas, o mesmo é obrigado a desocupar o estabelecimento.

As bancas são feitas de madeira coberta com um toldo e os boxes são feitos de bloco e cimento que abrigam as mercadorias e os boxes, o que permite que os produtos sejam melhor armazenados e fiquem seguros. Quanto aos ambulantes, não têm um ponto fixo, vendem as mercadorias nas calçadas ou sobre alguma caixa ou pano, ou utilizam carrinho de mão, caixa de isopor, etc. Esses ambulantes aparecem, em maior quantidade, para venderem seus produtos, nos fins-de-semana, principalmente no sábado, dia em que a feira é muito mais movimentada e a circulação de dinheiro por mercadoria, é maior.

Dentro desse comércio, encontram-se crianças, jovens, adultos e idosos; mulheres e homens; pessoas que vieram de diferentes lugares, vendendo produtos diferentes, porém, com um único propósito, que é o de vender mercadorias. Tem-se, nesse universo, diversas atividades comerciais simples, com diferente acumulação de capital e outras estratégias de sobrevivência.

É relevante ressaltar que esses comerciantes não pagam nenhuma taxa à Prefeitura por ocupar o espaço e abrigo. Além do mais, o Centro Comercial possui 2 banheiros, uma extensão de uma rádio local e 3 entradas de acesso e uma sede do sindicato.

Os indivíduos que trabalham ali estão numa situação privilegiada, pela localização geográfica e pela organização das atividades.



3.4 - A amostra utilizada

A amostra foi colhida no local de trabalho dos informais - Centro Comercial de Camaçari - sendo utilizado o questionário de campo. No final de 1989, existia, nesse local, cerca de 650 bancas e boxes de mercadorias e não se tinha nenhum conhecimento prévio desse universo de análise. Essa amostra possibilitou registrar algumas observações do comportamento dos indivíduos e, ao mesmo tempo, adquirir experiências do modo de entrevistar, uma vez que eram pessoas ariscas e tinham dificuldades de expressão.

A escolha da amostra foi aleatória sem reposição: aplicou-se 74 questionários, correspondendo a 11,38% do total de informais.

A estratégia usada para coletar dados consistia em alterar os horários, dias e semanas, bem como a entrada que dá acesso ao local.

A quantidade de comerciantes de bem perecíveis e não perecíveis é maior em relação à de prestadores de serviços e comerciários. A parcialidade da amostra por tipos de atividades corresponde a uma parcela pequena dos comerciários e prestadores de serviços.

Esse processo de coleta da amostra teve duas rodadas de observações e análise. A primeira foi constituída de 25 questionários de campo, realizados no período de novembro a dezembro de 1990, e a segunda correspondeu aos 49 restantes em março, abril e maio de 1991. Foram realizadas viagens técnicas à Camaçari, no sentido de obter informações junto aos órgãos da Prefeitura: FUSAMC - Fundação de Saúde do Município de Camaçari, Gerência de Meio Ambiente e contato com os Administradores do local.

3.5 - Tratamento Estatístico

Após a coleta da amostra, foi necessário adotar critérios de classificação, que consistiram em separar os trabalhadores que possuíam dos que não possuíam os instrumentos de trabalho e, em seguida, agregá-los por tipo de atividades afins. Para isso, foi estabelecido o seguinte:

a) Comerciantes: todos os informais que vendem sua força de trabalho aos donos de boxes de mercadorias.

b) Prestadores de serviços: são os informais que dependem dos instrumentos de trabalho, constituídos por relojoeiro, sapateiro, carregador de feira e barbeiro.

c) Comerciantes de bens perecíveis e não perecíveis: são os informais que dependem da mercadoria para vender. No primeiro tipo de atividade, estão agrupados os donos de bancas e boxes de hortifrutigranjeiros, tempero seco, cereais, açougue, lanches e bar, além do vendedor de picolé/geladinho e tabuleiro de cheiro verde. No segundo, estão os donos de bancas e boxes de alumínio e plásticos, artesanato, miudezas, confecção, ferragens, fumo, tecidos, calçados, bijouteria, móveis e umbanda.

A etapa seguinte foi ordenar os dados, a partir dos critérios citados, e efetuar os cruzamentos dessas informações, utilizando o programa estatístico BRSS/PC, para tirar a univalência da amostra. Foi feito, primeiramente, um tratamento total da amostra para se obter um perfil geral; em seguida, fez-se uma análise interna da dinâmica de cada grupo de atividade.

Foram utilizadas variáveis como renda da atividade baseada no salário mínimo, origem do indivíduo, escolaridade, tempo de atuação, motivo de atração, motivo de expulsão, faixa etária do indivíduo, material de moradia, situação do domicílio, última e penúltima ocupações e suas respectivas durações. Para cada variável, foram estabelecidos itens de possibilidade que poderiam ou não incidir na amostra.

A partir daí, foram realizadas as análises e conclusões desse universo em estudo.

4.0- ESTUDO DE CASO

O presente capítulo demonstra a interpretação feita a partir do ordenamento dos dados de campo. A primeira parte corresponde a uma abordagem social, analisando a vida temporal do entrevistado, a fim de obter um perfil dos indivíduos. A segunda parte consiste em responder a pergunta embutida nesse trabalho, ou melhor, se há a reprodução do capital mercantil no universo em estudo. A terceira parte investiga os aspectos políticos que influenciam a informalidade e os mecanismos de defesa criados pelos próprios informais. A partir de agora, tenta-se desvendar ou não as impressões que se tinha da feira do Centro Comercial de Camaçari.

4.1- Aspectos Sociais

Nesta fase, busca-se compreender, a partir do local de origem, o contexto dos indivíduos estudados, e traçar seu perfil para a reconstrução de um quadro socio-econômico.

A amostra utilizada revela que, do total de entrevistados, 31,08% nasceram no interior da Bahia (Sul, Norte, Oeste e proximidades do Recôncavo), 31,08% em outros estados do Nordeste, 29,73% na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Salvador, 8,11% são nativos e nenhuma incidência de outras regiões (Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste)⁽¹⁴⁾ - Ver Tabela 01. Isso pode dar alguns indícios de que a maioria dos informais que trabalham no Centro Comercial são migrantes; desses, muitos vieram atraídos pela divulgação do pólo petroquímico nos veículos de comunicação de massa. A parcela que nasceu em Camaçari pode ser a reprodução do processo da cidade ou filhos de migrantes. Os indivíduos de outras regiões não constaram na amostra; possivelmente, quando saíram de sua cidade natal para direcionarem-se a Camaçari, por exemplo, já tinham emprego garantido. As pessoas que moram na RMS e em Salvador, por possuírem uma infra-estrutura melhor e por estarem engajadas na vida urbana, só sairiam se tivessem garantia de emprego e, mesmo assim, provavelmente, continuariam morando em Salvador ou proximidades.

Dentro deste contexto, o fator de expulsão desses entrevistados foi justificado, na sua maioria; o motivo, em 41,9%, foi acompanhar a família que, por sinal, não significa necessariamente um fator explicativo da questão; por outro lado, 27% saiu porque não havia emprego onde nasceu, possivelmente, pela inexistência de política de emprego no interior e em outras regiões do Nordeste. (Ver tabela 02)

(14) Foi realizada uma nova triagem dos dados obtidos, para poder perceber quem era o nativo de Camaçari, por outro lado, para agregar as informações.

Enfim, o que se pode perceber é que são indivíduos que não tiveram uma força maior que determinasse a sua saída, não são retirantes, em última instância.

Quando se analisa o motivo pelo qual os indivíduos vieram morar em Camaçari, verifica-se que 35,1% vieram para acompanhar a família, 28,4% para negociar em Camaçari, 21,6% para aventurar-se ou procurar emprego no pólo petroquímico, sendo que, somente 6,8% para trabalhar diretamente no pólo.

Vale ressaltar que os indivíduos que vieram de Salvador - por outros motivos - e os migrantes de outros estados do Nordeste - para procurar emprego e, principalmente, para negociar em Camaçari - constituíam um tipo de espectro de informais que tinha, na sua maioria, as mínimas condições de vida.

O grau de instrução não se mostrou um indicador suficientemente explicativo para maior renda, no caso dos comerciários, prestadores de serviços e comerciantes de bens perecíveis. Porém, os comerciantes de bens não perecíveis possuem maior grau de instrução, podendo presumir, que esse fator pode influenciar na decisão de reproduzir o capital, via estoque de mercadorias. Por outro lado, pode-se supor que o grau de instrução pode ser superado pelo tempo de experiências vividas na atividade, muitas vezes trazendo consigo a realidade do passado, tornando muito mais fácil manejar tal tipo de mercadoria; por exemplo, um comerciante de bens perecíveis que veio da roça e hoje vende verduras na feira.

4.2 - Aspectos Econômicos

- Como se reproduz o capital mercantil informal?

Partindo do critério de classificação adotado por possuidores ou não dos instrumentos de trabalho e agregação por tipos de atividades afins - explicados acima - pretende-se responder a questão em evidência, baseando-se na análise dos dados ordenados.

O processo de acumulação de capital mercantil informal, neste universo estudado, dá-se pelos diferentes tipos de atividades desenvolvidas, pressupondo um aparato de fatores que permite que uns ajuntem mais dinheiro do que outros e reproduzam um determinado montante.

Há tipos de trabalho que dependem do instrumento de produção, no caso dos prestadores de serviços, outros dependem de um equivalente desses instrumentos que são as mercadorias perecíveis ou não perecíveis para vender, além de alguns que são remunerados irrisoriamente, não possuindo os meios de produção que são os comerciários.

A acumulação pode pressupor que a ascensão de um comerciante que vendia mercadorias na calçada, passando a vendê-las numa banca de madeira e, posteriormente, num box feito de bloco, tende a obter maiores lucros. Ou mudar o tipo de atividade, por exemplo, de produtos de bens perecíveis para os não perecíveis; isso implica considerar que é possível estocar e ampliar o comércio. Além do mais, o que está embutido na questão da informalidade no comércio simples é o risco do capital empregado em determinado tipo de atividade, em última instância, qual produto? No caso de bens perecíveis, o risco é maior, porque o produto não pode ser estocado por um período longo e há uma carência de algumas mercadorias na entre-safra, além de depender do fator climático para garantir o seu abastecimento. Para os bens não perecíveis, o risco é muito menor; simplesmente, podem ser levados em consideração os valores da sociedade como a moda influenciando na área de vestuário e calçados, por exemplo. Por outro lado, na vendagem de móveis e bugigangas, isso não interfere. O fator que predomina é o montante de capital empregado, porque o retorno desse é mais lento, os produtos são caros, a quantidade é menor em relação aos produtos perecíveis. Na realidade, cabe presumir que os produtos perecíveis são mais baratos.

O limite da acumulação, nesse comércio simples, dá-se pela demanda, englobando todos os comerciantes e prestadores de serviços, porque o lema é vender sempre, para garantir o lucro ou reposição do capital empregado. Se não tiver demanda, não tem para quem vender, em última instância, como acumular e, provavelmente, como reproduzir?

Na ótica da produção do capital mercantil simples, pode ser efetuado pelo aumento da escala de produção, ou seja, acréscimo de mercadorias para vender ou estocar, ou isso se dá em investimentos que se realizam fora do local de trabalho e que foge do alcance dessa investigação, mas são pressupostos bastante prováveis.

A partir da classificação estabelecida, agregação dos tipos de atividades semelhantes, pode-se realizar uma análise interna de cada uma e compreender sua dinâmica.

A abordagem aos comerciários, enquanto indivíduos que não possuem os instrumentos de trabalho e vendem a sua força de trabalho, faz parte do critério adotado para fazer distribuição dos comerciantes que possuem os meios de produção ou não. Vale ressaltar que estes são ajudantes dos donos de boxes de bens perecíveis e não perecíveis e são minoria naquele local.

A amostra revela que os 66,67% dos comerciários ganham na faixa de 0-2 SM, enquanto 33,33% na faixa de 2-5 SM. (Ver tabela 03). Percebe-se que não há uma relação direta do tempo maior de atuação em determinada ocupação correspondente a uma renda também maior; pode-se presumir que esteja interligado com o tipo de produto que se comercializa, isso porque são remunerados a depender da vendagem de mercadorias. Vale ressaltar que esses comerciários estão ligados a empresários, por exemplo, é W.H.Pinheiro - um matadouro da região -, negociam no Centro Comercial desde 1975, atualmente possuem 04 boxes de acougue, mas os responsáveis são os comerciários e ganham pela vendagem da mercadoria. Isso é para se ter idéia de como as atividades vão se articulando e se organizando.

Esses comerciários estão na faixa de 18 a 35 anos; desses, 50% saíram do local de origem a procura de emprego no pólo petroquímico e o restante veio acompanhando a família.

Numa retrospectiva das duas últimas ocupações, verifica-se que, na penúltima, 16,67% das pessoas estavam no setor agrícola; 16,67% no setor industrial e 66,67% no setor serviços. Enquanto que, na última ocupação, todos dessa amostra estavam trabalhando no setor serviços. (Ver tabela 04 e 05).

O grau de instrução desses comerciários não influencia na renda, diretamente, nem o tempo de atuação na ocupação.

Essas características supõem que os comerciários estão numa situação bastante vulnerável, e a substitutibilidade de mão-de-obra é fácil e oscila, a depender da demanda de mercadorias.

4.3 - Aspectos Políticos

No universo de informais, em que muitos buscam a alternativa de sobrevivência, torna-se muito difícil a organização desses indivíduos a uma representação de interesses. Falar de consciência política para uma população que passa fome é abstrato demais, o arroz e feijão é o concreto.

No caso em estudo, existe um sindicato que representa esses indivíduos que trabalham no Centro Comercial; apesar de deficiente e quase inoperante, é uma tentativa de organização dos informais. Esse fato tornou-se mais acessível por estarem aglomerados, tendo os mesmos fins que é vender mercadorias, serviços e força de trabalho e serem limitados por um fator maior que é a demanda por essas mercadorias.

Em 1988, a Associação dos Ambulantes passou a ser Sindicato, situado dentro do Centro Comercial, possuindo um presidente eleito pelos sindicalizados. É interessante frisar que dos dois presidentes que tiveram, estes eram donos de boxes de bens perecíveis. Daí, pergunta-se o por que? Presume-se que, por ser uma atividade de maior risco - mercadorias perecíveis, vulneráveis ao fator climático, precisam ser lavadas (verduras/frutas) - as exigências são maiores e a pressão política se dá pela necessidade de melhoria do local.

Visto por outro ângulo, aquele local, no período de eleições municipais, conforme observações contidas nos questionários de campo, torna-se um foco das atenções dos candidatos. Afinal, são numerosos eleitores que, possivelmente, garantirão votos valiosos. Porém, muitos não acreditam mais nas balelas dos políticos, apela para o bom senso.

Apesar de trabalharem naquele local e em determinadas condições precárias, as informações são passadas de maneira mais rápida e clara.

Essa relação do poder local e jogo de interesses que reina poderia se converter num mecanismo que retroalimentasse o poder político com a realidade dos informais. Ou melhor, que os informais deixassem apenas de ser objeto da política para ser sujeito da política e, a partir daí, criar alternativas futuras melhores.

CONCLUSÃO

As impressões generalizadas que se tinham do Centro Comercial de Camaçari foram desvendadas após o ordenamento dos dados primários. O "óbvio" dos fatos não constatou que este universo é constituído de pobres. Existe uma miscelânea de atividades informais e variados graus de capitalização; alguns lutam pela sobrevivência, outros, porém, pode-se supor que são micro empresários - no caso de donos de box de bens perecíveis e não perecíveis. É bastante provável que reproduzam seu capital aumentando a escala de mercadorias, estocando ou não podendo fazer isso, porque lidam com bens perecíveis, possivelmente estão aumentando seu patrimônio pessoal, porém, foge ao alcance desse trabalho.

Vale ressaltar que a situação privilegiada em que se encontram esses informais no Centro Comercial de Camaçari, tem a participação do poder local em torná-los sujeitos da política e proporcionar uma perspectiva a essa população. Não se exprime um poder público paternalista, mas no sentido de ordenar, adotar critérios internos e estabelecer regras para organizar essas atividades informais.

Para alguns dessa amostra, a atividade desenvolvida deixou de ser uma alternativa de sobrevivência para ser uma perspectiva futura de vida.

BIBLIOGRAFIA

- BAHIA: Secretaria de Indústria e Comércio. "O Gigante Invisível: estudo sobre o mercado informal de trabalho na região metropolitana de Salvador. Salvador, Sic U983.
- BROMLEY, Ray. "Introduction - The Urban Informal Sector: Why is it Worth Discussing?" In World Development, 1978, vol.6, Nº 9/10 pp. 1033-1039. Pergamon Press. Printed in Great Britain.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. "Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção". IPE/USP, São Paulo, 1983.
- CARTAYA, Vanessa et alli. "Marginalidad y Sector Informal - Nueva Sociedad".
- CASTRO, Nadya Araújo. "As Teorias Políticas da Marginalidade: alguns elementos de crítica" In População, Educação, Emprego. CRH/UFBa. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBa. (173-196). 1980.
- CAVALCANTI, Clóvis e DUARTE, Renato. "O Setor Informal de Salvador: Dimensões, Natureza, Significação". Recife, FUNDAS-SUDENE-Mtb, 1980.
- -----, "A Procura do Espaço na Economia Urbana. O setor informal de Fortaleza". Recife, FUNDAJ-SUDENE-Mtb, 1980.
- DUARTE, Renato. (ORG.). "Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina". Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, Recife, 1984.
- ESPINHEIRA, Gey. "Economia do Lúdico". Diário Oficial, Salvador, Ano 72. N+13802, 03.02.88.
- FARIA, Vilmar. "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade". Estudos Cebrap, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1974.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio et alli. "Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia". Cadernos CRH/UFBa., Nº 04, Salvador, 1990.
- -----, "Classes, Trabalho e Diferenciação Social: A Bahia nos anos 80". Cadernos CRH/UFBa. Nº 12, Salvador, 1990.
- GUIMARÃES, Iracema B. & CASTRO, Nadya A. "O que é que a baiana faz". CRH/UFBa., Cadernos do CRH. Nº 05, 1978.

- HIDROCONSULT. "Relatório de Impacto Ambiental. Para a ampliação do Complexo Petroquímico de Camaçari". Camaçari, junho, 1989.
- HOFFMANN, Helga. "Desemprego e Subemprego no Brasil". São Paulo, Atica, 1977.
- KOWARICK, Lúcio. "Capitalismo e Marginalidade na América Latina". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Estudos Cebrap, Nº 02, 1972.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. "O Espaço Econômico de Pequenas Unidades Produtivas: uma tentativa de delimitação". Texto para Discussão - IGDE/DPE. Fev/90.
- PEDRAO, Fernando C. "Urbanização, Informalidade e Saúde em Salvador". Texto para Discussão. Programa de Cooperação Técnica, agosto de 1990.
- PINHO, Diva Benevides (ORG.). "Economia Informal, Tecnologia Apropriada e Associativismo". Série Relatórios de Pesquisa - IPE/USP, 1986.
- PRANPI, José Reginaldo. "O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital". Coleção Ensaio e Memória, Nº 14, Ed. Símbolo.
- SANTOS, Milton. "Pobreza Urbana". Coleção Estudos Urbanos, Hucitec, 2ª edição, São Paulo, 1979.
- SEPLAM - Secretaria de Planejamento Municipal. "Projeto Meio Ambiente". Camaçari, abril de 1990.
- SINGER, Paul. "Economia Política do Trabalho". São Paulo, Hucitec, 1977.
- -----, "A Economia dos Serviços" In Estudos Cebrap, Ed. Vozes, Edição Cebrap, Nº 24.
- SOUZA, Guaracy et alli. "Bahia de Todos os Pobres". Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.
- SOUZA, Guaracy A. A. de. "Migração e Subemprego em Salvador". Salvador, Fundação de Pesquisas - CPE, 1978. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da UFBA.
- SOUZA, Paulo Renato. "Empregos, Salários e Pobreza". São Paulo, Hucitec, 1979.

A N E X O S

QUESTIONARIO DE CAMPO

DATA: ___/___/___

I. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Ocupação: _____ Local: _____

Família/Idade: _____

Origem : _____

Se Migrante

Por que é que saiu? - Qual o Motivo? _____

Por que veio para Camaçari? _____

Há quanto tempo está em Camaçari? _____

II. Análise

Parte A (Ocupação e Renda)

- Qual a sua ocupação anterior? _____
- Quanto tempo durou? _____
- Quais os 03 (três) últimos empregos e suas respectivas durações?
 - a) _____
 - b) _____
 - c) _____
- Foi em Camaçari? _____
- Quantas horas trabalha:
 - a) diariamente? _____
 - b) semanalmente? _____
- Qual a origem do material? _____
- Quanto ganha (ele)? _____
- É a renda da família? _____
- Você é a renda principal? _____

Parte B (Alimentação, Saúde, Moradia)

1. O que consomem:

- Como a família se abastece de água (gato, poço, bica, riacho):

- Esgoto: Qual sistema é usado pela família? (ligação de algum tipo/oficial; fossas individuais, fossas coletivas, fossas secas, canais de céu aberto, balão): _____
- Lixo: Como a família dispõe do lixo doméstico? _____

- Luz: A família tem alguma fonte de luz? Qual? _____

2. Moradia:

- Onde vivem? _____
- Qual o tipo de material da moradia?
 - () Permanente
 - () Semi-permanente (taipa)
 - () Precário (madeira, plástico, papelão)
- Qual a situação do domicílio?
 - () Próprio) Cedido () Alugado () Outro

3. Saúde:

- Existem postos de saúde pública nesta área ou próxima?
 - () Sim () Não
- Quando estão doentes, vocês procuram os postos de saúde ou não?
Por que? _____

- Para utilizá-los deve-se pagar ou não? _____
- Como é o atendimento desses profissionais de saúde?
 - () Bom () Regular () Ruim

Parte C (Educação e Política)

1. Escolaridade: _____

2. De que forma se dá a sua interação com seus amigos? (lazer, ajuda mútua, mutirão): _____

- Qual a forma de organização da comunidade?
Representatividade, ou seja, existe alguém (líder) na trabalho ou domicílio que satisfaz as necessidades de vocês? _____

- Qual a importância de uma eleição para melhorar a sua vida? _____

3. Perspectivas:

- Quais as suas perspectivas futuras? _____

4. OBSERVAÇÕES: _____

T A B E L A - 03

Tempo de Serviço na Atividade x Renda

	0 - 2 SM	2 - 5 SM	Total
0 - 6 meses	25,00%	0,00%	16,70%
6 meses - 1 ano	25,00%	0,00%	16,70%
1 - 3 anos	25,00%	25,00%	33,30%
3 - 5 anos	0,00%	25,00%	16,70%
5 - 7 anos	25,00%	0,00%	16,70%
Total	66,70%	33,33%	100,00%

T A B E L A - 04

Ultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciarioros
Servicos	100,00%
Total	100,00%

T A B E L A - 05

Penultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciarior
Agricultura	16,70%
Industria	16,70%
Servicos	66,60%
Total	100,00%

T A B E L A - 06

Renda x Tipo de trabalho atual

	Prest. Servicos
0 - 2 SM	57,14%
2 - 5 SM	42,86%
Total	100,00%

T A B E L A - 07

Ultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Prest. Servicos
Industria	14,29%
Servicos	71,42%
Outros	14,29%
Total	100,00%

T A B E L A - 08

Penultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Prest. Servicos
Servicos	42,86%
Outros	57,14%
Total	100,00%

T A B E L A - 09

Tempo de atuacao na atividade x Renda

	0 - 2 SM	2 - 5 SM	5 - 10 SM	+ 10 SM
0 - 6 meses	45,00%	9,09%	0,00%	0,00%
6 meses - 1 ano	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1 - 3 anos	15,00%	9,09%	0,00%	0,00%
3 - 5 anos	15,00%	9,09%	0,00%	0,00%
5 - 7 anos	0,00%	27,27%	0,00%	0,00%
7 - 10 anos	5,00%	18,19%	0,00%	0,00%
+ 10 anos	15,00%	27,27%	0,00%	100,00%
Nao se aplica	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

T A B E L A - 10

Tempo de atuacao na atividade x Renda

	0 - 2 SM	2 - 5 SM	5 - 10 SM	+ 10 SM
0 - 6 meses	0,00%	7,14%	0,00%	0,00%
6 meses - 1 ano	0,00%	7,14%	0,00%	0,00%
1 - 3 anos	40,00%	7,14%	50,00%	25,00%
3 - 5 anos	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
5 - 7 anos	20,00%	21,43%	25,00%	0,00%
7 - 10 anos	0,00%	35,72%	0,00%	50,00%
+ 10 anos	0,00%	21,43%	25,00%	25,00%
Nao se aplica	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

T A B E L A - 11

Ultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciantes (Bens pereciveis)
Agricultura	3,03%
Industria	9,09%
Servicos	63,64%
Nao se aplica	24,24%
Total	100,00%

T A B E L A - 12

Penultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciantes (Bens pereciveis)
Agricultura	6,06%
Industria	12,12%
Servicos	42,43%
Nao se aplica	36,36%
Nao sabe	3,03%
Total	100,00%

T A B E L A - 13

Ultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciantes (Bens nao pereciveis)
Industria	7,41%
Servicos	81,48%
Nao se aplica	11,11%
Total	100,00%

T A B E L A - 14

Penultima ocupacao x Tipo de trabalho atual

	Comerciantes (Bens nao pereciveis)
Agricultura	3,70%
Industria	11,11%
Servicos	33,33%
Nao se aplica	51,86%
Total	100,00%